



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK
EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 625/2017

ANO 2017

EDIÇÃO Nº 103

CONSELHEIRO MAIRINCK, QUARTA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 2017

PÁGINA 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 638/2017

SÚMULA: Lei Orçamentária Anual – LOA. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2018.

A Câmara Municipal de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2018, estima à receita e fixa a despesa no valor de R\$ 19.100.000,00 (Dezenove milhões e cem mil reais), assim distribuída:

I – R\$ 19.100.000,00 (Dezenove milhões e cem mil reais) do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo.

Artigo 2º - A Receita consolidada do Orçamento Fiscal será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I – RECEITAS DE CONTABILIZACAO CENTRALIZADA ADMINISTRACAO DIRETA

RECEITAS CORRENTES		
	R\$	1.476.750,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO E MELHORIAS	R\$	182.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	250.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	16.790.750,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	0
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	0
RECEITAS CORRENTES	R\$	0
RECEITAS DE CAPITAL		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	R\$	0
TOTAL DO ORÇAMENTO	R\$	19.100.000,00

Artigo 3º - A Despesa esta fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:

I – Orçamento Fiscal – Funções de Governo Consolidação Geral.

PODER LEGISLATIVO		
CÂMARA MUNICIPAL	R\$	1.080.000,00



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK
EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 625/2017

ANO 2017

EDIÇÃO Nº 103

CONSELHEIRO MAIRINCK, QUARTA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 2017

PÁGINA 02

PODER EXECUTIVO			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$		3.203.493,75
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$		1.131.116,50
SAÚDE	R\$		4.809.500,00
EDUCAÇÃO	R\$		4.780.389,75
CULTURA	R\$		17.500,00
URBANISMO	R\$		2.850.250,00
HABITAÇÃO	R\$		0
SANEAMENTO	R\$		150.000,00
AGRICULTURA	R\$		458.000,00
INDUSTRIA	R\$		7.000,00
TRANSPORTE	R\$		134.750,00
DESPORTO E LAZER	R\$		15.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	R\$		272.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$		191.000,00
TOTAL	R\$		19.100.000,00

Artigo 4º A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta Lei.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos Fiscais Social até o limite de 20% (vinte por cento), do total geral do orçamento, servindo como recursos para tais suplementações, aqueles definidos no Parágrafo 1º. Do Artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único: Utilizar o valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais), de Reserva de Contingência visando o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, bem como para servir de recurso para créditos orçamentários adicionais.

Artigo 6º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o Artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I – entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II – entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

III – Os créditos adicionais suplementares dos elementos 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens fixas e 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais.

IV – Por Excesso de Arrecadação Real de Recursos Vinculados e Livres.

V – Por Superávit Financeiro Recursos Vinculados e Livres.

Artigo 7º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Legislativo Municipal até o limite fixado no Artigo 5º para o Executivo Municipal, através de resolução, servindo como recursos para tais suplementações, o cancelamento de dotações do Orçamento do Legislativo.

Artigo 8º - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 5º ou decorrentes de autorizações específica com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns órgãos, ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Artigo 9º - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite legalmente permitido.



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK
EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 625/2017

ANO 2017	EDIÇÃO Nº 103	CONSELHEIRO MAIRINCK, QUARTA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 2017	PÁGINA 03
----------	---------------	--	-----------

Artigo 10º - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo quando considerada necessária à movimentação e a mesma favorecer a execução das ações previstas no orçamento, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Artigo 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conselheiro Mairinck - Pr, aos trinta (30) dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete (2017).

ALEX SANDRO PEREIRA COSTA DOMINGUES
Prefeito Municipal